Exmo. Sr. Desembargador Rodrigo Collaço, Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Florianópolis, 18 de setembro de 2018.

O Núcleo dos Assessores de Gabinete, vem respeitosamente expor à Vossa Excelência determinados fatos e situações que, por interferirem diretamente na qualidade da prestação jurisdicional, entendemos merecer sua atenção, ante a relevância do cargo que Vossa Excelência exerce.

É do conhecimento de Vossa Excelência que a implantação do processo eletrônico no Judiciário Catarinense trouxe novos panoramas e necessidades, notadamente acerca da readequação da força de trabalho nas unidades.

Neste passo, de forma salutar, este Tribunal autorizou, através da Resolução GP 32/2013 (que alterou a Resolução GP 17/2011), que os gabinetes dos magistrados titulares de unidades com processos eletrônicos pudessem contar com mais um Assessor de Gabinete (o segundo), uma vez que havia uma forte tendência (que posteriormente se confirmou) de que os gabinetes receberiam mais processos e com maior frequência, ante a agilidade que o processo eletrônico propiciou aos cartórios, otimizando inúmeros cumprimentos e fazendo com que a conclusão dos autos passasse a ser mais recorrente do que outrora.

Referida Resolução previu que este servidor, convidado pelo magistrado a assessorá-lo, receberia uma gratificação “*equivalente à remuneração do Assessor de Gabinete já existente*”. Tal gratificação, contudo, na prática tem sido a chamada “gratificação especial”, que **perfaz montante totalmente diferente para cada servidor, a depender do tempo de carreira, variando desde aproximadamente R\$ 1.000,00 até R\$ 0,00 (zero).**

Isso porque um TJA, por exemplo, que esteja no padrão 9-A, nada receberá pelo exercício da assessoria, uma vez que seu vencimento base terá alcançado patamar tal que elimina completamente a gratificação especial.

Não bastasse isso, há também a situação dos Analistas Jurídicos, que em virtude de seu vencimento nada recebem pela assessoria, já que seus vencimentos são superiores ao DASU-3.

Vale registrar, ainda, que **a referida gratificação especial, mesmo que paga em seu valor máximo (R\$ 1.000,00), representa a menor dentre todas as fixadas aos que exercem funções gratificadas.** Em razão disso, não é incomum que em algumas unidades os servidores recusem o convite para exercer as funções de segundo Assessor,

pois, de duas uma: ou receberão uma gratificação extremamente baixa para a responsabilidade e os conhecimentos que a função exige, ou não receberão nada, preferindo permanecer em cartório.

Veja, Exmo. Presidente, que tais constatações acabam por permitir a existência de situações esdrúxulas. Vejamos um caso hipotético, mas que muito provavelmente representa a realidade em alguma comarca:

Gabinete da Vara X:

Primeiro Assessor de Gabinete: TJA, ingressou no Judiciário em jan/2018, possui vencimento no padrão 7-A, assumiu as funções de Assessor em junho/2018. Recebe gratificação de 40% do DASU-3.

Segundo Assessor de Gabinete: TJA, ingressou no Judiciário há dez anos, possui vencimento padrão 9-A, assumiu as funções de Assessor em julho/2018. Recebe zero de gratificação.

Diante desse quadro, o recado para ambos os servidores é desolador: **o aperfeiçoamento, exceto por algum anseio pessoal, não vale a pena.** Enquanto o primeiro deixará de se aperfeiçoar por saber que nada receberá por isso (na verdade, perderá), o segundo será tomado pela sensação de que todo o aperfeiçoamento e dedicação de uma década não adiantaram de nada.

Em resumo, atualmente o “prêmio” pela dedicação, empenho, estudo e aperfeiçoamento é a diminuição da contrapartida pelo Tribunal de Justiça.

Simplesmente desanimador.

Proseguindo, oportuno registrar que, na época da Resolução GP 32/2013, alguns servidores, com fundamento na isonomia e na previsão legal, requereram administrativamente que lhes fosse paga a gratificação equivalente à que recebia o primeiro Assessor de Gabinete (40% do DASU-3), pedido este negado ao argumento de que o cargo de segundo assessor não existia formalmente, pois decorria apenas de uma relotação autorizada mediante resolução.

Ainda que insatisfeitos com tal entendimento, optamos por nos resignar, muito embora, como dito, pelo princípio da isonomia a equiparação fosse a medida mais adequada e justa.

Passado algum tempo (anos), durante o qual permanecemos exercendo de forma dedicada e eficiente nossas funções, a administração recentemente iniciada por Vossa Excelência, já em sua posse, declarou que a atividade-fim do Judiciário merecia maior atenção e seria alvo de medidas específicas visando otimizar a prestação jurisdicional, culminando assim com a devida efetivação do princípio constitucional da razoável duração do processo.

É sabido, por todos, que o Judiciário em geral sofre duras críticas acerca da sua morosidade, cujas causas são inúmeras, mas uma delas certamente é a falta de devida

atenção à atividade-fim, problema este que Vossa Excelência reconheceu e se propôs a enfrentar desde logo.

Neste passo, atendendo a critérios técnicos, foi apresentado e aprovado o Projeto de Lei que criou 462 cargos de Assessores Jurídicos e 402 cargos de Assessores de Gabinete (Lei Complementar 726/2018).

Tal medida é elogiável não só por reforçar a força de trabalho nos Gabinetes dos Magistrados, mas também por, em bom momento, corrigir uma injustiça que se arrasta há cinco anos: a diferença de gratificações entre servidores que exercem **exatamente as mesmas funções**.

Isso porque, consoante exposto acima, o cargo do segundo Assessor de Gabinete não existia “formalmente”, o que ensejava a negativa de pagamento da mesma gratificação que recebia o primeiro Assessor. Dessa forma, tendo a Lei Complementar 726/2018 criado, efetivamente, o cargo de segundo Assessor, **não mais subsiste qualquer fundamento para a referida negativa, impondo-se a urgente e justa implementação do pagamento da devida gratificação**.

Contudo, e com todo o respeito, lamentavelmente fomos atingidos por um “banho de água fria” quando Vossa Excelência afirmou no programa Tempo de Diálogo que a equiparação não era prioridade da administração.

Veja, que muitos de nós estão há anos exercendo uma função de extrema importância, ligada diretamente à prestação da atividade-fim e que exige a devida formação e apurados conhecimentos técnicos. Não é raro que façamos nosso trabalho além do horário regulamentar ou que assumamos as funções do Assessor Jurídico ou do primeiro Assessor de Gabinete quando gozam férias. Tampouco inexitem dúvidas de que exercemos as mesmas funções que os demais assessores, pois não há – e nem deveria – haver qualquer diferença entre as funções, exceto a natural divisão de tarefas dentro do Gabinete.

Vossa Excelência, como Desembargador Presidente, certamente conta com o inestimável auxílio de alguns assessores, que todo dia prestam a melhor assessoria que podem, dedicando-se incansavelmente a auxiliar a administração em seus objetivos e esforçando-se para bem exercer as funções que lhes são cometidas. Ou seja, **é inegável a importância de uma assessoria não só bem estruturada e competente, mas também devidamente remunerada**, ao menos no que se refere à igualdade entre os demais colegas.

Contudo, ainda que inseridos num mesmo contexto de responsabilidades e funções, inexplicavelmente somos remunerados com extrema diferença, placitando uma injustiça que urge ser corrigida. Há um flagrante caso de disfunção.

Perceba ainda, que além de tamanha injustiça que a situação por si só representa, os novos Assessores Jurídicos iniciarão suas atividades recebendo remuneração maior do que a de muitos dos segundos Assessores de Gabinete, que já desempenham suas funções há anos. Não se trata de egoísmo ou qualquer outro sentimento repugnante contra os novos colegas, mas de uma situação que para a administração deveria representar constrangimento, pois alardeia-se haver disponibilidade orçamentária para efetuar novas

contratações, mas não para corrigir uma injustiça que sem sombra de dúvida possui menor impacto financeiro no orçamento do Judiciário.

A nossa insatisfação diz respeito à injustiça que perdura há anos, materializada na injusta diferenciação entre servidores que trabalham no mesmo local e exercem as mesmas funções, mas que são remunerados com lastimável disparidade.

Com a devida vênia, Exmo. Presidente, carece de lógica negar a justa e preterida equiparação ao fundamento de não ser prioridade ou de não haver disponibilidade financeira e, ao mesmo tempo, admitir o ingresso de novos servidores cujos vencimentos representarão a criação de nova despesa a partir do zero, enquanto há servidores que se dedicam há anos a exercer as mesmas funções e aguardam ansiosamente pelo pagamento do que lhes seria justo, medida cujo impacto financeiro é consideravelmente menor.

Não por acaso, fazemos parte do contingente de servidores e servidoras que coloca o Tribunal de Justiça de Santa Catarina na primeira colocação em produtividade entre os Tribunais de médio porte, conforme recente publicação do relatório “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Rogamos que nos proporcione a devida valorização, em contrapartida ao trabalho que exercemos em plano de igualdade com os demais colegas, mas sem a devida igualdade quando se trata da necessária e justa contrapartida. Não pedimos mais do que temos direito, pedimos apenas que sejamos tratados com igualdade, princípio este de estatura constitucional mas que infelizmente está sendo solenemente ignorado.

Além disso, suportamos ainda a tremenda injustiça de não receber as progressões funcionais, pois **o valor implementado no vencimento-base em decorrência da progressão é descontado da gratificação**. Ou seja, se o Assessor recebe 3 mil reais de base e 500 reais de “gratificação especial”, caso progrida e venha a receber 3.100 reais de base, a gratificação será diminuída para 400 reais. Por consequência, essa situação gera prejuízos ao aperfeiçoamento do servidor, devido ao desestímulo decorrente da ausência de contrapartida por parte do Tribunal (vide exemplo hipotético mencionado acima).

A propósito, é de se registrar que **alguns de nós sequer recebem mais a “gratificação especial”, já que as progressões funcionais minaram completamente o valor da referida gratificação, fazendo com que não recebamos absolutamente nada pelo exercício das funções.**

Nessa toada, vale questionar: o que fazer com nossas promoções que protocolamos (ou que temos a protocolar), considerando que nos concederão ganho líquido negativo? Simplesmente desistir de progredir na carreira, em claro prejuízo à eficiência do Judiciário Catarinense, e estudar para outro concurso. Essa é a indicação que, na prática, nos é sugerida pela administração do Tribunal ao protelar a justa equiparação. Frustração e desvalorização são os sentimentos diuturnamente sentidos.

Imagine, Sr. Presidente, quão injusto seria se o Desembargador, sendo alçado à Presidência do Tribunal e, conseqüentemente, fazendo jus à correspondente gratificação pelo exercício da Presidência, tiver descontado do seu salário-base exatamente o valor

dessa gratificação, de modo que seus vencimentos, na prática, não tenham qualquer acréscimo?

Creemos que Vossa Excelência terá sensibilidade para perceber o tamanho da injustiça.

Ante o exposto, rogamos respeitosamente a Vossa Excelência que, dando efetividade às palavras que expôs quando de sua posse na Presidência desta Egrégia Corte, reveja a posição externada e implemente de forma imediata, por força da isonomia e por mandamento de Justiça, a equiparação do pagamento entre os Assessores de Gabinete, demonstrando que não somos apenas matrículas, mas sim seres humanos que exercem seu trabalho da melhor forma possível e que só desejam ser tratados com igualdade perante os demais.

Respeitosamente,

Núcleo dos Assessores de Gabinete